



Anais da Assembléia

Nº 95

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 141ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1975

QUINTA - FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelsón Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pittelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (49); achando-se ausentes os Srs. Deputados Adalberto Daros, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Côrtes, Fuad Nacli e Ivan Rüppel. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

SR. PRESIDENTE.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer após ouvido o plenário, seja inserida em ata dos trabalhos desta Casa, um voto de louvor ao Doutor Renê Ariel Dotti, por ocasião de sua nomeação para o cargo de Juiz-Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em ato assinado por S. Exa. Presidente da República, General Ernesto Geisel.

Tal medida se justifica em virtude de, o Dr. Renê Dotti ser pessoa de grandes conceitos nos meios forenses e sempre demonstrou o maior interesse pelos problemas judiciários tratando-os com a maior seriedade como o demonstrou no V Congresso Brasileiro de Direito Penal, realizado em São Paulo e na sua condição de Professor da Universidade Federal do Paraná.

Requer outrossim, que dá decisão do plenário, se dê ciência ao Dr. Renê Ariel Dotti, à Rua Mal. Deodoro, 497 - 18º andar nesta Capital.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) WERNER WANDERER.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso, de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Educação e Cultura para que o mesmo dê início ao progresso de federalização das universidades estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Requer outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, dê-se ciência aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário do Estado e Secretário de Educação e Cultura.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja enviado apelo ao Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Exmo. Sr. Secretário de Administração, no sentido de providenciar a construção de um muro ao redor do prédio onde se acha instalada a escola de aplicação "Cianorte" de Cianorte.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) Gabriel Sampaio.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais requer, após ouvido o plenário, seja inserido, na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações ao erudito e operoso advogado, Dr. RENÊ ARIEL DOTTI, pela sua nomeação ao importante cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral, conforme Decreto assinado pelo Presidente da República, Gen. ERNESTO GEISEL.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com base no Regimento Interno e dentro de suas atribuições com o apoio do plenário requerem a inserção em ata dos trabalhos desta Casa um voto de congratulações ao Padre Domingos Wisniewski, que hoje é ordenado Bispo Auxiliar de Curitiba.

A escolha do Padre Domingos foi recebida com euforia nos meios católicos. O futuro bispo auxiliar, nascido no Rio Grande do Sul, descendente de poloneses é membro da Congregação da Missão. É formado em Filosofia, Teologia, Letras Neo-Latinas e Direito.

Além de seu munus sacerdotal, onde atualmente exercia o cargo de provincial da Congregação da Missão, distinguiu-se no magistério, quer nos Seminários da Congregação a que pertence quer da Faculdade de Paranaguá.

Distingue-o um espírito aberto ao diálogo com todas as manifestações religiosas e a profunda humanidade para com todos. Dentro de sua visão humanista escolheu como lema de sua atuação episcopal: "Tudo para Todos" querendo significar que seu trabalho será com cristãos e não-cristãos.

Temos certeza de que o "ajornamento" que implantou na Congregação, especialmente na formação de novos sacerdotes nos Seminários trarão benefícios para a Arquidiocese de Curitiba, onde dedicará suas energias e sua disposição de renovar a Igreja, dentro das normas do Concílio Vaticano Segundo.

Tendo em vista a importância religiosa e comunitária, os subscritores deste julgam oportuna a manifestação deste Poder Legislativo.

Requerem, outrossim, que da deliberação desta Casa, seja dada ciência ao homenageado e ao Sr. Arcebispo Dom Pedro Fedalto.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações, pela nomeação, por ato de S. Exa. o Sr. Presidente da República, do Dr. Renê Ariel Dotti, para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Requer, outrossim, que as congratulações sejam também atribuídos, pela participação do homenageado, no recente Congresso do Conselho Penitenciário, realizado na Capital Federal, e que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao Sr. Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná e aquele ilustre causídico.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) GABRIEL MANOEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requerem, após ouvido o plenário, seja consignada uma Comissão de Deputados para representarem a Assembléia Legislativa no 1º Encontro Nacional de Integração de Vereadores que será realizado em Manaus, de 20 de outubro a 11 de novembro do corrente ano.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) FUAD NACLI

a) WERNER WANDERER

a) JORGE SATO

a) LÚCIO MACHADO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Presidente da TELEPAR, solicitando seja autorizada a instalação de posto telefônico para o município de Porto Rico.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Educação e Cultura e Exmo. Sr. Presidente da FUNDEPAR, solicitando providências, no sentido de, com a máxima urgência, seja autorizada a reconstrução do Grupo Esco-

lar "Castro Alves" de Maringá.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, tendo em vista a necessidade de constante se criar facilidades para a educação de todas as crianças, requer após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao Sr. Secretário de Educação, solicitando a construção de:

- 1) - Hum (1) grupo escolar em AGRO-CAFEEIRA, para atender a cerca de quinhentas crianças que, ou estão crescendo no analfabetismo, ou têm de caminhar dez (10) kms. ida e volta até o grupo mais perto, onde sob, condições precárias, alguns conseguem estudar;
- 2) - Hum (1) grupo escolar em Marquesita, onde 500 crianças vivem sob as mesmas condições acima, com o agravante de terem de andar - ida e volta - dezesseis (16) kms.
- 3) - Duas (2) salas de aula em LINHA PANIÇÃO, para atender as necessidades de educação de mais ou menos 180 crianças, cujo estabelecimento de ensino mais próximo dista mais ou menos 20 kms., ida e volta.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

CONSIDERANDO:-

1 - que, recentemente, foi inaugurado Posto do Corpo de Bombeiros nas proximidades do Aeroporto Affonso Pena, destinado a atender, também, a população de S. José dos Pinhais;

2 - que o referido posto não possui aparelho telefônico,

Requeiro regimentalmente, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Presidente da TEPELAR, solicitando as devidas providências para a instalação do aparelho de comunicação.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, se oficie ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, solicitando que se determine a construção de cadeias distritais em Iguatemi e Floriano, municípios de Maringá.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA

O presente justifica-se em virtude de carecer aqueles distritos dos referidos prédios, não podendo, portanto a autoridade policial

proceder com segurança aos desempenhos de suas funções.

O sempre crescente índice de criminalidade na região requer estabelecimentos adequados, onde se possua de imediato confinar o delinquente, e que sem isso torna-se mistér bastante perigoso a transladação do referido até Maringá, em virtude da distância que se encontra a comarca, cerca de 15 a 20 kms.

A detenção para averiguação de delitos, não encontra condições para se verificar em virtude da falta dos referidos estabelecimen-

to o que muito dificulta a ação da polícia, que consequentemente facilita a prática de atos ilícitos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e com respaldo do Regimento Interno, requer a inserção em ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo transcurso do 33.º aniversário da Fundação da Legião Brasileira de Assistência (LBA).

A entidade desenvolve um inestimável serviço no país inteiro, dedicando-se principalmente, à orientação das Mães, e no atendimento à infância principalmente a mais carente de recursos. Seu trabalho no interior do Estado do Paraná dedica-se além dessa sua finalidade assistencial, à formação da juventude em ofícios práticos, como corte costura, culinária, pintura, bem como ministra cursos de mecânico torneiro, avicultura prática e outros.

Por esses seus serviços é que requeremos o presente voto, solicitando que da manifestação seja dada ciência aos dirigentes da LBA.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) IVO THOMAZONI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer, a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública, a fim de que esta autoridade tome as necessárias e urgentes providências para o afastamento do delegado de polícia de Laranjeiras do Sul, que está sendo conivente com a violência e onda de crimes que ali vem sendo praticados, tudo em mancomunação com o prefeito e juiz de direito da comarca, capangueados por pistoleiros que armados de revólver, em companhia de um ex-prefeito e suplente de deputado estadual vem tornando a cidade palco de sérias violências aterrorizando e intranquilizando a gente laboriosa daquele município.

Pede-se ainda, que comcuminantemente, à distituição daquela autoridade policial, seja designado delegado especial àquele cidade, a fim de que a ordem seja restabelecida.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa., que após a manifestação do plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, a fim de que providências necessárias e urgentes sejam tomadas para apurar responsabilidades que envolvem o juiz de direito da comarca de laranjeiras do Sul, que segundo consta, está exercendo atividade comercial formando um grupo econômico, o que é incompatível com o cargo e além do mais, vem dando cobertura a criminosos e pistoleiros profissionais que ali estão a serviço do prefeito atual e suplente de deputado estadual, tornando a cidade palco de violências e desordens, e com isso causando terror e intranquilidade a gente progressista daquela comuna.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Honrado pelo Governo dos Estados Unidos, através de sua

Embaixada, com um convite para visitar aquele país, requeiro de V. Exa., que submeta à apreciação do nobre plenário proposição no sentido de que me seja concedida a licença prevista no Art. 11, § 2º, da Constituição do Estado, para desempenho de missão cultural, por 30 (trinta) dias, a partir de 09 de setembro vindouro.

Anexo ao presente o convite acima referido.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) MAURICIO FRUET.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Maurício Fruet, para o Pequeno Expediente.

O SR. MAURICIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez o Paraná foi marginalizado pelo Governo Federal e o povo tomou conhecimento, estarrecido, ontem, de que emocionalmente o grupo encarregado pela Presidência da República, de indicar o local para sediar o 3º Polo Petroquímico, preteriu mais uma vez nosso Estado, localizando-o no Rio Grande do Sul. No mesmo Estado que apesar de inúmeros pronunciamentos de ilustres paranaenses, sedia a Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal. S.A., nesta região.

Estudos técnicos mostraram que pelo volume de transportes ferroviários, seria o Paraná o local indicado para a sede da referida Superintendência, não só pela quilometragem de linhas, mas principalmente pelo volume de transportes em nosso Estado.

E, se não bastasse isso, faltou pouco que fosse para Porto Alegre o Museu Ferroviário, cujas tradições estão ligadas somente e apenas ao povo do Paraná.

Mais uma vez, Sr. Presidente, o Paraná foi marginalizado emocionalmente, politicamente, economicamente, porque os técnicos racionalmente afirmaram que, com localização do 3º Polo Petroquímico aqui, estaria se fazendo justiça, porque a presença da Refinaria de Araucária, de grande porte projetada, tendo em conta a produção de nafta para a petroquímica; 2º a proximidade do Polo Petroquímico de S. Paulo, proporcionando o início do desligamento gradual do cordão umbelical da região Sul com S. Paulo, sem comprometer a economia do parque industrial do vizinho Estado; 3º as proximidades dos mercados sulinos e paulista; 4º facilidades de implantação da infra-estrutura, graças a disponibilidade de água, energia elétrica e escolas especializadas. Os mercados petroquímicos já interferiram com grande capacidade no processamento de plásticos já instalados e em instalação.

A disponibilidade de técnicos especializados, dada a presença na região da Universidade Federal do Paraná. As perspectivas de fornecimento de matéria prima, em decorrência do plano de desenvolvimento da exploração do xisto piro-betuminoso de S. Mateus do Sul.

O Estado do Paraná é realmente terra de todas as gentes. Aqui vieram imigrantes de todos os países do mundo. Aqui são recebidos de braços abertos nossos irmãos brasileiros de todos os estados.

Porém, apesar de devastação de nossas matas, dos sérios problemas enfrentando na região Noroeste, de erosão em virtude dessa devastação, erosão que recebe, como apoio do Governo Federal apenas migalhas de verbas, e se não bastante tudo isso, Srs. Deputados, ocorre esse fato lamentável que agora deploro em nome do povo paranaense, porque não prevaleceu a técnica, prevaleceu simplesmente o problema emocional.

Ainda há poucos dias, levemente o Presidente do IBC afirmou que o café não deve mais ser plantado no Estado do Paraná, esquecendo-se que geada idêntica a essa, se abateu no Estado em 1968, como ocorreu o mesmo fato no Sul do Mato Grosso, em Minas Gerais e em todo S. Paulo, naquela mesma época.

Mas o Governo nacional que por muitos e muitos anos teve como base principal de seu orçamento as divisas fornecidas

pelo café paranaense, através de seu representante no IBC levemente afirma que o Paraná não tem mais condições para receber o apoio financeiro indispensável, a fim de replantar o café atingido pela última geada.

Portanto, Srs. Deputados, se mais não se pode fazer, fica o protesto, o veemente protesto do povo paranaense, por essa marginalização financeira, econômica e política que se está impondo há muitos anos em nosso Estado, lembrando ainda, para finalizar, que o Governo Federal, em 1972, contra 54 kms de estradas construídas no Paraná, aquinhoou o R. Grande do Sul, por coincidência, com 1740 kms de estradas.

Esta é a dura realidade, e este é o nosso protesto.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pode parecer estranho que nós, ao ouvirmos protestos de todos os gêneros e, sobretudo na área política, que é a área de representação de todo o ser humano que vive em sociedade, protestos esses levantados relativamente a dois fatos, determinantes do progresso do Paraná; o polo petroquímico e os problemas atinentes ao replantio de café, ambos sendo conduzidos de forma emocional.

Justamente quando se pensa e se fala nesses aspectos que abarcam fatores econômicos, e por consequente, fatores sociais, de uma forma diferente Cascavel parece-nos que vem contribuir para a solução de um dos problemas que afligem a sociedade moderna, sobretudo dos grandes centros urbanos, o problema dos incêndios de edifícios. Relatei o caso do café porque foi por consequência da geada, que este produto sucumbiu, e lembrei-me, que incêndios também se verificam nas selvas de pedra, a exemplo do que está ocorrendo nas matas secas.

Realmente, em Cascavel um dos habitantes daquela cidade, parece que num feito de inteligência associado à necessidade das grandes cidades, está a descobrir um novo invento, uma espécie de escada para salvar as pessoas que estejam num edifício, acometido de incêndio.

Tomo a liberdade de fazer este pronunciamento da tribuna por se tratar de aspectos interessantes. Primeiramente temos a considerar o sentido técnico associado a simplicidade desse pretenso invento e, por outro lado, nos sentimos alegres por se tratar de uma pessoa radicada em Cascavel e que vem de lá, da nossa região, oferecer uma contribuição de grande alcance às sociedades urbanas.

Tenho em mãos algumas fotografias. Este tipo de invento, funciona na forma de escada rolante. É construída em corrente de aço, tem a capacidade e a possibilidade de ser instalada, segundo seu inventor em qualquer prédio. Nós trouxemos aqui, para vos apresentar o nosso amigo e antigo cliente. Emigdio Victor Dotto. Já teve ele a oportunidade de fazer demonstração de seu invento ao Corpo de Bombeiros e a várias autoridades de Estado. Merece, é verdade, um exame e a medida que este invento for divulgado e for aprovado, pediríamos a colaboração de todos porque ainda, nas grandes cidades, não se inventou um aparelho ou engenho, que seja capaz de evadir do local aqueles vitimados em incêndios nos edifícios. Isto se verificou em vários prédios de São Paulo e Rio de Janeiro e em outras Capitais do Brasil.

É com regozijo que estamos a falar deste invento, deste homem que, naturalmente, usando de sua inteligência, quer jogar aí no mercado técnico um produto nascido de uma cidade do interior, que ainda nem se sente premiada a se preocupar com esse problema.

Então deixo à disposição dos Srs. Deputados para posteriormente, se quiserem algum esclarecimento, se inteirarem deste assunto, estaremos à disposição.

Muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Sampaio, quarto orador inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Geada de 17 de julho, geada de 1º de agosto, geada permanente no IBC, geada agora no Polo Petroquímico.

Ocupo a tribuna, meus prezados pares, para colocar a nossa posição em termos da decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico deste País, em dar ao Rio Grande do Sul, a sede do 3º Polo Petroquímico desta Nação.

Faço isto, para resguardar minha posição pessoal e deixar consignado nesta Casa o voto de protesto por uma decisão - segundo o próprio Deputado encarregado da Comissão - emocional e não técnica, pois se a base fosse realmente o projeto, nós ganharíamos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica aqui o nosso protesto porque um Estado com tantas estrelas como as tem o Rio Grande do Sul, já está a nos colocar numa posição difícil, uma vez que como já dissemos desta tribuna, as estradas que cortam o R. Grande do Sul foram dadas também de uma forma emocional pois hoje o Presidente e Vice-Presidente da República são gaúchos.

Eu gostaria também de comentar rapidamente a manchete de O ESTADO DO PARANÁ de hoje, em que diz PERDEMOS O POLO PETROQUÍMICO TAMBÉM, e relembria aqui que, há poucos meses quando o Paraná que há 60 anos não tem juristas no Supremo Tribunal Federal quando existiam duas vagas, também foi preterido, que o Estado que tem a supremacia do produto no Brasil não tem no IBC um homem do Paraná.

Porisso Srs. Deputados, fizemos um requerimento para que a história possa registrar os atos praticados, posteriormente, por todos nós desta Assembléia.

O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja enviado ofício ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, solicitando que enviem a esta Assembléia as razões técnicas da escolha do Estado do Rio Grande do Sul, para sidar o 3º POLO PETROQUÍMICO do País.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975”

Era só Sr. Presidente — Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, quinto orador inscrito.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falando nesta tarde com aquela mesma disposição que todos os componentes do MDB e mais particularmente aqueles que nos representaram naquela Comissão que pleiteava o Polo Petroquímico neste Estado, os ilustres Deputados Mauricio Fruet e Lineu Turra, quando do relatório apresentado ao Paraná e ao Brasil através do adendo feito por aquele ilustre colega e mais ainda aos outros Srs. componentes daquela Comissão, vimos de que neste Estado, além do posicionamento feito em termos estaduais, além dos referendos por nossos companheiros feitos da Câmara Federal, dos nossos Senadores da República, infelizmente, o Paraná, em termos nacionais, reclama por uma maior e, melhor atenção do Governo Federal.

Reclamamos um direito assegurado, solicitávamos do Governo Federal uma viabilidade pelo qual dispunhamos em apresentações feitas com a verdade absoluta a ser apresentada, mas, infelizmente não dispomos daquilo que tem o nosso irmão Estado do Rio Grande do Sul, que é um assentamento maior de autori-

dades de âmbito federal. Nada vai em detrimento àquelas pessoas que são regionalistas, mas aqui vai o repúdio dos homens que, também realmente de que a verdade incontestável, de que as solicitações feitas desta tribuna, da Câmara Federal e do Senado da República, em termos do Paraná, foram feitas em termos de verdade nacional.

Queremos neste instante, em nome do Movimento Democrático Brasileiro, em nome da sua liderança e da totalidade de seus componentes, dar uma amostra ao Paraná e ao Brasil, de que o nosso testemunho, da nossa meta, quando da instalação que pleiteávamos neste Estado do Polo Petroquímico, aqui vai hoje, não o repúdio deste paranaense, mas a insatisfação de ver, mais uma vez, o Paraná não atendido nas suas justas reivindicações.

Queríamos traduzir a solidariedade de todos os componentes deste Partido e o Deputado Maurício Fruet, através do seu requerimento, e também agora, desta tribuna, do requerimento do nobre Deputado Gabriel Sampaio, que dá uma amostra ao Brasil que nós aqui legislamos em termos amplos, diferenciação de partidos não existe quando interesse é comum. Aqui nesta tarde, queremos dizer, em termos paranaenses, que a revolta não é só do MDB, com o pronunciamento feito pelo ilustre Deputado, temos alguma coisa em termos de Arena, que não está sendo respeitado este Estado. Temos alguém, em escalão alto, que não canta a mesma canção em termos do Paraná, deve cantar a canção que não seja aquela que nós representamos. Temos o Ministro de Estado desta Nação que deveria fazer o que fazem outros altos escalões do Governo Federal, que é de se identificar com seu Estado e trazer as obras carentes como este do Polo Petroquímico. Aqui fica registrada a vergonha deste Paraná, que muito contribui para a Nação, para vergonha dos políticos que se dizem líderes nacionais, para vergonha deste povo paranaense, humilde sacrificado, deste Governo não respeitado e, principalmente, desta contribuição que nós damos muito e não recebemos nada em troca. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem o prazer e a honra de anunciar a presença do Sr. Murilo Cândido, líder da bancada do MDB em Santa Catarina e suspendo a sessão, para que os Srs. Deputados tenham o prazer de cumprimentá-lo.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós, os parlamentares recebemos naturalmente, muita correspondência vinda do interior, cartas, pedidos, denúncias, enfim uma série de documentos que nos chegam às mãos, dezenas, todos os dias.

E chegou também, entre esta correspondência, há pouco tempo atrás, um relatório feito na minha estada em Maringá pela Professora Isis Bruder, que eu depois de verificar, analisá-lo, entendi em lê-lo nesta tribuna acompanhado de um requerimento. Porque é um documento sincero, honesto, objetivo, enfim, que dá realmente uma radiografia do menor carenciado.

Permitam-me os Srs. Deputados, que eu faça a leitura rápida deste despretencioso trabalho, de uma abnegada senhora do interior do Estado. (Lê):

“Ao lado Negro do Atendimento ao Menor Carenciado”. —

Muitos têm sido os apelos a fim de se concientizar a população para a necessidade de amparar o menor em vias de marginalização.

Um dia, grupo de pessoas, do qual faço parte, resolveu fundar um semi-internato, em uma vila pobre de Maringá, e assim fazer a sua parte, cooperando com nossas autoridades nesse complexo e magno problema.

Fundou-se uma associação, com personalidade jurídica,

naturalmente, e iniciou-se a construção da terça parte de um grande prédio. Alvo: atender a 100 crianças pobres, gratuitamente.

O terreno foi-nos doado pela Cia. Melhoramentos.

O recurso para a construção veio do povo da cidade e da Prefeitura.

Seriam necessários dois anos de funcionamento para o registro no Conselho Nacional de Serviço Social.

Aí, sim. Teríamos o: “Abre-te Sésamo” para conseguir doações e verbas a fim de terminar a construção a concretizar o ideal.

O atendimento se iniciou com 30 crianças que jaziam nas ruas ao abandono, pois as mães, viúvas ou separadas do marido, saíam o dia todo para o trabalho.

Com quatro anos de labor já éramos registrados no CNSS: Tínhamos a sede construída (com a ajuda da FIDES, órgão estadual), três professoras mantidas pela Prefeitura, para atender os deveres escolares, visto que as sessenta crianças frequentavam escolas da comunidade.

Em 1974 ficamos com o encargo de pagar as professoras (quatro, incluindo a Diretora) para nos responsabilizar perante o INPS e Fundo de Garantia, visto que as entidades gozam do privilégio de isenção de quota Patronal. Mas essa regalia só é dada a quem tiver o título de “Utilidade Pública Federal” e esse título só terá quem for registrado pelo menos DOIS ANOS no CNSS. Esperamos todo esse tempo: QUATRO ANOS e agora com toda a documentação encaminhada e protocolada em 26 de setembro de 1974, tivemos a triste informação que o governo federal está reformulando o processo para a concessão de tal título, devendo as entidades aguardar SINE DIE. Enquanto isso, estamos arcando com cerca de Cr\$ 12.000,00 de despesas anuais com o INPS, sendo que nossa verba federal para 1975 é de Cr\$ 22.000,00 (Sobram Cr\$ 12.000,00). . .

Para requerer isenção do Imposto Construção Civil na Prefeitura, tínhamos que apresentar um documento de quitação com o INPS. Esse Departamentno só daria a quitação se o prédio tivesse sido construído por mutirão e até 100 m² ou se estivesse sido construído por empresa legalizada que tivesse feito o recolhimento dos empregados. Nossa sede tem mais de 700 m² e foi construída parceladamente, durante esses quatro anos, à medida das forças. Como funcionar um semi-internato com refeitório, cozinha, sanitários, sala de aula e área de serviço em 100 m²?

Resultado: Se fôssemos pedir o tal documento ao INPS teríamos de recolher alguns milhões e o imposto na Prefeitura era de Cr\$ 1.060,00. Então . . . PAGAMOS O IMPOSTO . . . Era o mais barato. Para este ano conseguimos isenção na Prefeitura.

Temos atualmente 72 crianças inscritas, graças ao extraordinário auxílio do Instituto de Assistência ao Menor e da Christian Childre's Fund., além do povo.

Nossa faixa etária é de 6 a 12 anos.

Os maiores de 7 anos foram matriculados no Grupo Escolar. As crianças de 6 anos não puderam ser aceitas. Que fazer com as de 6 anos? Iniciamos uma Classe de Pré-primário com 18 alunos, com uma professora, que embora tenha Curso Superior (Pedagogia) não possui o Curso Especializado de Pré-primário. Soubemos que poderíamos registrar esse curso e gozar do direito de receber Merenda Escolar.

Fomos tratar dos papéis.

Não pudemos registrar o curso pois a professora não é especializada em Pré-Primário. Mas onde há uma especialização? Não há. E onde há curso de especialização? Não há. Foi suspenso temporariamente. ENTÃO NÃO REGISTRAMOS A ESCOLA . . .

Chegou o Esgoto . . .

Bairro pobre. Cidade nova, sem os benefícios do saneamento. Nossa conta de esgoto, se fôr à vista: Cr\$ 16.000,00. . .

Chegou o asfalto.

Que Alegria. O bairro era horrível de ser suportado e a

avenida grande. Do nosso lado da rua, só nossa instituição. Nossa conta de asfalto, à vista, somente de um lado do terreno: Cr\$ 82.525,00. Mas como? Se no ano passado nossa receita somando contribuições dos sócios, verba federal, verba municipal, convênio com o IAM e o convênio com a Christian Children's foi de Cr\$ 140.000,00? E cada verba solicitada é seguida de plano de aplicação e não pode ser gasta de outra maneira. Exemplo: IAM, não aceita folha de pagamento; Prefeitura aceita folha de pagamento e despesa de água. As contas devem ser prestas à RISCA.

As contribuições podem ser descontadas no Imposto de Renda.

Ótimo. Todo mundo vai contribuir. Agora será mais fácil. Só que... será necessário à entidade apresentar balanço financeiro de 5 anos consecutivos para se conseguir da Receita Federal a Declaração de Isenção. Nós vamos consegui-la AGORA. E as entidades em formação? As declarações serão glosadas para o declarante.

Detran. Com 4 anos de funcionamento conseguimos adquirir uma perua Kombi, usada. Isso com verba federal e mais um grande esforço. Soubemos que o Detran isenta da Taxa Rodoviária Única as entidades. Fomos alegres preparar a papelada... Precisávamos da Declaração de Isenção do Imposto de Renda (A tal que se consegue com balancete de 5 anos). Resultado: PAGAMOS O IMPOSTO.

Muitos cursos tem sido ministrados pelo Estado e a Legião Brasileira de Assistência a fim de orientar as entidades: Participamos de todos. A LBA só dá auxílio técnico: cursos, ensina, como planejar, programar e só faz convênio com organizações de coordenação. Mas quase não existem essas organizações. Algumas Dioceses conseguiram convênio.

Mas criança não come curso.

A Prefeitura resolveu fazer seu próprio plano e atacar o problema por sua conta, construindo piscinase praças de esporte para a criançada dos bairros. Louvável iniciativa.

Mas, quantas cidades haverá no Brasil, que tenham condições como Maringá de fazer um trabalho de tão grande alcance, mas tremendamente dispendioso?

Lemos em Manchete, de 5 de maio de 1975: 600 MIL MENORES ABANDONADOS EM SÃO PAULO. Se cada entidade para conseguir as regalias de nossa legislação levam no mínimo 5 ANOS, quantos quererão fundar novas entidades?

Quantos adolescentes ingressarão no caminho da delinquência em cinco anos?

E todas essas dificuldades enfrentamos no Estado do Paraná, que segundo estamos informados está na vanguarda do atendimento ao menor em nosso País. O que o Instituto de Assistência ao Menor pode fazer, tem feito com a maior boa vontade. Mas o IAM não pode mudar as leis. Tem que se restringir a elas.

Quando nossa entidade já era pessoa jurídica e estava construindo o prédio do semi-internato, recebemos a visita de um representante da Christian Children's Fund. Ele nos conheceu. Sentiu que a entidade tinha a estrutura. Creu em nós. Em maio começamos o atendimento e em outubro daquele mesmo ano, começamos a receber verba mensal per capita para 30 crianças. Se nossa obra resistiu às dificuldades foi graças à Christian Children's.

Em Maringá, as 4 entidades PARTICULARES que atendem ao menor recebem ajuda do exterior: uma da Itália, uma da Alemanha e 2 dos Estados Unidos. Sem essa ajuda capitulariam.

É justo?

Não acha o leitor que é degradante?

Brasil — Você também é responsável.

Leis precisam ser promulgadas que incentivem ao comércio e à indústria a receber os menores para o trabalho.

Que professores sejam nomeadas pelo Governo para as entidades, ingressando com vantagens no magistério, para que haja mais gente especializada e estimulada a entrar no campo da assis-

tência ao menor. E não deixar que as entidades fiquem suplicando intervenção de algum político para conseguir uma professora, como se fosse uma coisa desonesta.

Que assistentes sociais sejam colocados por conta do Governo a serviço das instituições.

Que as entidades sejam, desde que legalizadas, automaticamente livres de impostos e taxas federais, estaduais e municipais. Que as firmas que exploram água, luz, esgoto, e telefone, sejam obrigadas por lei a cederem esses benefícios.

Que o simples registro no Conselho Nacional de Serviço Social, seja a base para o gozo de todas as regalias previstas em lei para quem cuida do menor GRATUITAMENTE. Atestados do Juiz de Menores declarando idônea a entidade e do Prefeito declarando que a entidade está em funcionamento, deveriam ser a documentação do MAIS ALTO CRÉDITO.

Não haveria tanta burocracia, nem tanto tempo perdido.

Aí poderíamos dizer aos nossos amigos do exterior: "Muito obrigado. Sua ajuda foi muito valiosa, mas hoje o Brasil é suficiente para cuidar de seus filhos. Podem destinar a outras nações mais carentes esse extraordinário auxílio de que fomos alvo por tanto tempo".

Transamazônia: a curto prazo.

Usina Termo-Nuclear: a curto prazo.

Construção de Aviões: a curto prazo.

Restabelecimento de Finanças: a curto prazo.

Exploração da plataforma submarina: a curto prazo.

Exploração do petróleo: a curto prazo.

Itaipu: a curto prazo.

ATENDIMENTO AO MENOR: A PRAZO LENTO.

Até quando, SENHOR?

— (Lê) O requerimento:

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e Exmo. Sr. Presidente da República o depoimento anexo intitulado: "O Lado Negro do Atendimento ao Menor Carenciado", pedindo, ainda, as patrióticas providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A minha presença na tribuna no dia de hoje, é para tratar de um assunto que, sinceramente, há 3 anos tenho vontade de abordar nesta Casa. Tem vez que estou disposto a comentar o assunto, acontece alguma coisa, talvez mais importante do que aquilo que tenho a dizer, e eu não falo. Mas gostaria, sinceramente, de usar meu tempo para tratar de dois assuntos que dominam a classe política, principalmente no que se refere ao problema criado pelo IBC. Também quero fazer coro aqui neste momento, às palavras já pronunciadas por outros oradores. Como paranaense eu me sinto constrangido e até certo ponto magoado, de ver o nosso Paraná mais uma vez preterido na questão da criação do Polo Petroquímico.

Mas o assunto que me traz à tribuna, hoje, é totalmente diferente. Antes de qualquer argumentação, gostaria de ler um anteprojeto de minha autoria, que vou encaminhar à Mesa no dia de hoje. (Lê):

"PROJETO DE LEI Nº 109/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribui-

ções regimentais, REQUER, depois de ouvido o plenário, seja criada uma lei nos seguintes termos:

Art. 1º — Que seja obrigatória a publicação da letra do “HINO DO PARANÁ” e nome de seu autor, nas capas dos livros didáticos e cadernos escolares impressos pelo Governo do Estado do Paraná.

Art. 2º — Que nas solenidades escolares, de qualquer tipo, o “HINO DO PARANÁ” seja obrigatoriamente executado ou cantado.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva-se com esta Lei a preservação de nosso patrimônio artístico-cultural, estimulando, ao mesmo tempo, em nossa juventude, o amor a nossa terra e às coisas que são nossas. O “HINO DO PARANÁ” precisa e deve ser conhecido não só pelos escolares, mas por todos os paranaenses que habitam este solo maravilhoso. Infelizmente, noventa por cento de nossa população ignora completamente que tenhamos um Hino, quanto mais seu autor”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Estado do Paraná, em razão de terem vindo para cá pessoas de todos os Estados, tornou-se um Estado com regiões, realmente, espetaculares. Nós que viajamos por este Paraná afora encontramos outros Estados dentro do nosso Estado.

Se temos a oportunidade de ir ao Norte Pioneiro, quando procuramos adquirir um jornal, principalmente nas divisas com o Estado de São Paulo, o jornal que mais encontramos é o “Estado de São Paulo” e a “Folha de São Paulo”.

Se perguntamos a um guri daquela região para que time torce, ele diz: sou corintiano, sou palmeirense, torço pelo São Paulo. Dificilmente ele diz que torce pelo Atlético, pelo Coritiba, pelo Colorado, ou qualquer outro time.

Se ligamos a televisão, o canal é o 5 de São Paulo. Em síntese, o povo de determinada região compra o “Estado de São Paulo”, é mais ir para São Paulo do que vir a Curitiba.

Se saímos do Norte Pioneiro não vamos encontrar muita diferença do Norte do Estado. Há vezes em que, quando se está viajando, fica-se até com raiva porque querendo saber o resultado, principalmente do Atlético, liga-se o rádio e só se sabe o resultado dos jogos de São Paulo, que são os transmitidos.

Se vamos para o Oeste, encontramos outra região. Chegamos ao Sudoeste, e se paramos num bar para tomar uma cerveja, já vem cerveja fabricada no Rio Grande do Sul, e vemos aquele costume tradicional e bonito de nossos companheiros do Oeste e Sudoeste, que é o chimarrão.

Se vamos ver um jornal que tem por ali, quase que a maioria deles é o “Correio Riograndense”. Se ligamos o rádio de nosso veículo, parece que está até viciado, é só Rádio Farroupilha e Rádio Guaíba.

Acho que as culturas das outras regiões, que o folclore deve ser ativado e conservado. Mas, o que sentimos é que estes costumes estão fazendo com que se esqueça do próprio costume do Estado do Paraná. O nosso folclore está desaparecendo. Só ouço o Hino do Estado do Paraná quando é outorgado título de Cidadão Honorário. Ainda bem que tem sempre aqui na Assembléia, a gente ouve sempre o Hino do Estado do Paraná, do contrário, absolutamente nada.

Acho o que falta para nós aqui no Paraná é um pouquinho mais de paranismo e trazer um pouquinho mais das nossas tradições, tradições estas que estão desaparecendo, os nossos costumes, os nosso pinheirais que também estão desaparecendo.

Então, a intenção que tenho neste momento quando apresento este Projeto de Lei, é a de que pelo menos os nossos filhos — ainda hoje, à hora em que levei minha filha mais velha ao Colégio perguntei-lhe se alguma vez havia cantado o Hino do

Paraná na escola, ao que ela respondeu que não — conhecem as tradições e cantem o nosso Hino do Paraná. Como eu gosto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando estamos no Oeste Paranaense geralmente em fins de semana e assisto as promoções do CTG — Centro de Tradições Gaúchas, mas não encontramos centros de tradições paranaenses, encontramos a capoeira, altamente difundida, o frevo de Pernambuco, e os próprios centros de tradições, com as músicas gostosas do Rio Grande do Sul, mas, não encontramos aqui no Estado do Paraná, divulgações das nossas próprias tradições.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo que menos os impressos oficiais do nosso Estado distribuídos nas escolas do nosso Estado, que tragam pelo menos a letra do Hino do Estado do Paraná para que o povo do Paraná, as crianças, estudantes deste nosso Estado fiquem sabendo que o Estado do Paraná tem o seu Hino que canta as belezas do seu Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, quarto orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É nossa intenção tecermos algumas críticas — se não forem construtivas, não irrefutáveis, — ao Governo Federal, e temos a certeza de que os Srs. Deputados da ARENA não se insurgirão contra estas críticas que pretendemos fazer, pelo contrário, imar-se-ão conosco eis que a nossa intenção é sadia, os nossos princípios sempre os melhores em termos do Paraná, de paranaenses que somos, eleitos por milhares de eleitores que nos mandaram para cá. Temos um dever sacrossanto para com os nossos co-estudantes e jamais, quer sejamos do MDB-Oposição, da ARENA Situação, jamais divergir do que iremos dizer no nosso pequeno pronunciamento porque são dados estatísticos e mostram de maneira insofismável, que o Paraná tem sido um Estado por demais preterido pelo Governo da União. (Lê):

“Voltamos a esta tribuna para abordarmos assuntos já debatidos por nós e também por outros Senhores Deputados desta e de outras legislaturas.

Todavia, os mesmos merecem ser revistos, pois são da mais alta relevância para o futuro do nosso Estado.

Todos sabemos que o Paraná é um Estado jovem, de colonização recente, onde aproximadamente 50 por cento da população tem menos de 18 anos. Os esforços que o Governo vem fazendo para dotar o Estado de uma infra-estrutura econômica e social, como educação, saúde, saneamento, energia elétrica, telecomunicações e estradas, tem sido gigantesco, porém, esse esforço de investimentos na infra-estrutura sócio-econômica tem sido feito às custas de bem estar da população que hoje espera uma melhoria acentuada, na sua qualidade de vida.

Também sabemos que hoje os principais instrumentos de política social e econômica têm sido ditados pelo Governo Federal.

As grandes obras, os grandes empreendimentos, são de responsabilidade, também, do Governo Federal, pouca coisa é de alçada dos governos estaduais e municipais.

Assim sendo, alguns dos entraves que estrangulam o desenvolvimento do Paraná não tem merecido a atenção devida, por parte do Governo da União.

Ocupando apenas 4 por cento do território nacional e tendo aqui residentes aproximadamente oito milhões de brasileiros, o Paraná é responsável por parcela significativa no desenvolvimento nacional.

Mais de 16 por cento da produção agropecuária nacional provem do nosso Estado, além de colaborar com mais de 20 por cento das exportações brasileiras.

Dentro do contexto de nosso comércio exterior, o Paraná contribuiu com as seguintes cifras, nos dois últimos anos:

IMPORTAÇÃO:

1973 — 142 milhões de dólares.

1974 — 520 milhões de dólares.

EXPORTAÇÃO:

1973 — 996 milhões de dólares.

1974 — 1.067 milhões de dólares.

Donde, obviamente, se conclui que o Paraná contribuiu em 1973 com 854 milhões de dólares, em divisas líquidas para o País, e em 1974, o saldo foi de 547 milhões de dólares. Totalizando em dois anos 1.440 milhões de dólares.

A resposta do Governo, a todo esforço e dedicação do trabalhador não tem sido dada de forma compatível.

Acreditamos, que, hoje, um dos principais entraves ao desenvolvimento estadual reside no setor de transportes.

Estudos realizados afirmam que aproximadamente 25 por cento da produção agrícola se perde pelos caminhos por falta de condições de escoamento de nosso sistema de transportes.

Apesar da contribuição estadual ao esforço nacional de desenvolvimento, esse setor não tem merecido a devida atenção por parte do Governo Federal.

No triênio 1972/1974, Minas Gerais teve 1.240 km de rodovias asfaltadas e entregues ao tráfego. O Rio Grande do Sul recebeu 1582 km de rodovias federais pavimentadas, no mesmo período de tempo.

E o Paraná quanto recebeu?

Apenas 43 km.

Para colocar em termos comparativos o que acima dissemos, especificamos os dados de construção de rodovias por ano:

1972:

Minas Gerais — 309 km.

Rio Grande do Sul — 93,6 km.

Paraná — 22 km.

1973:

Minas Gerais — 62,6 km.

Rio Grande do Sul — 892,4 km.

Paraná — 0 km.

1974:

Minas Gerais — 868 km.

Rio Grande do Sul — 596 km.

Paraná — 21 km.

É de estarrecer o descaso existente neste setor, Srs. Deputados. A falta de apoio do Governo Federal para quem tanto tem contribuído para o progresso nacional".

O SR. GABRIEL SAMPAIO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estamos ouvindo com atenção o discurso de V. Exa. e naturalmente e obviamente devemos nos solidarizar com ele, e eu acrescentaria tão somente, Sr. Deputado, a título de ilustração e de colaboração. Eu até não ouvi quando falava no Pequeno Expediente, o Paraná possui somente uma universidade federal enquanto os gaúchos tem nove federais. E acrescento mais Sr. Deputado, que em contato com um dos assessores do Ministro Ney Braga, eu dizia a ele, que o desejo desta Casa, não digo dos Srs. Deputados, mas desta Assembléia toda, a reivindicação justa do Paraná, é de que Londrina, Maringá e Ponta Grossa, tivessem suas universidades federalizadas. E ouvi desse assessor a resposta seguinte:

Que o Ministro Ney Braga, do Paraná, não poderia talvez conceder este benefício, porque teria que estender este mesmo benefício aos demais Estados da União.

Era só esse o esclarecimento e a colaboração que eu daria a V. Exa., nobre Deputado Nelson Buffara.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço o aparte de V. Exa. nobre Deputado e, como falei, parece que o nobre Deputado, inteligente e jovem como é, tem inclusive uma bola de

cristal. No meu pronunciamento, já no seguinte, eu abordei exatamente este detalhe, que é imperativo, como V. Exa. citou no instante em que me concedeu o seu aparte.

(Lê): "A falta de apoio do Governo Federal para com quem tanto tem contribuído para o comércio nacional é um fato incontestável.

A espoliação vai mais longe ainda.

Construímos uma ferrovia, a Estrada De Ferro Central do Paraná, que será entregue ao tráfego para que o Governo Federal possa operá-la. O seu custo é superior a 1,5 milhões de cruzeiros.

O que o Paraná vai receber em troca? Até agora não sabemos. A pressão que tem sido feita para que a Telebrás assuma o controle acionário da TELEPAR, empresa exemplar no setor de telecomunicações no País, é enorme. Será que o esforço efetuado pelo Governo estadual possa dotar o Paraná de uma rede de comunicações compatível, sofrerá um processo de estagnação em favor de outros estados? É uma grande interrogação.

Estão sendo construídas em nosso Estado importantes usinas hidrelétricas como Itaipu, Salto Osório, Santiago e Salto Segredo, além de outras, representando um incremento de 171 por cento sobre o total existente no País em 1974.

Para onde irá essa energia?

É claro que seremos beneficiados em parte. Mas as perdas que sofreremos como 3 por cento do território estadual alagado, representam a perda de milhões de alqueires de terras férteis. No setor...

O SR. DENI SCHWARTZ — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Quero discordar das últimas palavras de V. Exa. O Paraná não será beneficiado em nada com estas usinas. E quem o diz, e a afirmativa está no último relatório do então Governador Emílio Gomes.

A COPEL num verdadeiro processo espoliativo do povo do Paraná, está cobrando, deste mesmo povo, seus proprietários, taxas e tarifas para tudo o que tem a fazer. Qualquer extensão de rede é cobrada. Uma indústria pequena a se instalar é obrigada, muitas vezes, a gastar pequenas fortunas para ter energia. E a alegação é uma só: há necessidade de se gerar mais energia para o Paraná.

E isto está no relatório do Sr. Emílio Gomes, quando diz que a Usina do Rio Areia teve seu plano antecipado para evitar que o Paraná dentro de 2 ou 3 anos, não tenha mais energia. Pasmem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Estado que tem Itaipu, o Estado que está construindo Salto Osório, com sua obra quase em conclusão, se o Estado não fizer Santiago, não teremos energia. Porque a energia é destinada a outros centros. E isso obriga a Copel a antecipar seu organograma, para que Salto do Rio Areia funcione brevemente para evitar que nosso Estado fique sem energia.

Permita-me discordar de V. Exa.: "pouca coisa, não. Nada ficará no Paraná das usinas citadas e que são feitas pelo Governo Federal".

E, hoje, recebi uma informação de pasmarmos: a Eletrosul está tentando negociar a encampação da Copel. Fazendo isto, sim, que este Estado aumente seu complexo de inferioridade, como ontem citei da tribuna, continue a ser quase que um escravo deste País.

Muito obrigado.

O SR. NELSON BUFFARA — Disse bem, nobre Deputado Deni Schwartz. V. Exa. que tem a profissão liberal de engenheiro, com bastante conhecimento de causa, com o brilhantismo que, aliás, lhe é peculiar, com seu aparte nos dá esses esclarecimentos, tão necessário para concluirmos nossa alocução, com o enriquecimento dos dados que V. Exa. nos forneceu.

(Lendo): "No setor educacional, pouco temos recebido de apoio federal. Basta vermos que temos 3 universidades estaduais

à espera de sua federalização, que resultará em melhoria dos padrões e de ensino e desafogo financeiro para aplicar no ensino fundamental e profissionalizante, de responsabilidade do Governo Estadual.

Os pontos aqui abordados não encerram a totalidade dos entraves ao desenvolvimento paranaense.

Esses problemas devem ser tratados, debatidos e estudados nesta Casa, pois o futuro do Paraná depende muito da forma como serão resolvidos.

Voltaremos a tratá-los desta tribuna, em outra oportunidade, e conclamo os Senhores Deputados a meditar um pouco sobre esses problemas, procurando soluções e também desenvolver gestões para a sua resolução.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

V. Exa. procede um levantamento de fatos que preocupam a gente paranaense. Parece que está vaticinado que o Paraná terá que sofrer quase que um abandono por parte do Governo Federal.

Há menos de 60 dias, perdemos a mais importante de nossas fontes de riqueza: perdemos o café.

Perdemos, pode-se dizer, o Pelo Petroquímico.

Perdemos, também, nestes últimos anos, a possibilidade de aumento de condições no setor do ensino.

É de se perguntar: de que vale ter-se dado ao Paraná o Ministério da Educação, de que vale o Paraná contribuir, como tem contribuído para esse país, e no instante de sua maior necessidade, quando sofreu o fenômeno das geadas, permaneceu até abandonado? V. Exa. está sendo muito feliz no seu pronunciamento, e espero que esse pronunciamento de V. Exa. que acusa erros característicos e incontestáveis, tenha uma elasticidade até à Câmara alta do País, para que também falem as palavras de V. Exa. mais próximas do Presidente da República.

O SR. NELSON BUFFARA — Muito obrigado, na realidade nós temos sido sugados em nossas riquezas. Temos contribuído sobremaneira para o equilíbrio da balança econômica do País e não é justo que sejamos tratados de uma forma tão miserável e mesquinha. Não temos necessidade de implorar do Governo da União. A obrigação é dele, de nos dar tanto quanto damos a ele. Tem que haver reciprocidade.

Então nos insurgimos para que nossos reclamos cheguem aos ouvidos de nossas lideranças nacionais, que com mais segurança do que nós podem reclamar do Governo da União o que necessitamos e temos direito.

O SR. DEL CIEL — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Não poderia deixar de fugir a oportunidade de cumprimentar V. Exa., pelo pronunciamento que traz no Grande Expediente da sessão de hoje. É importante lembrar e buscar levar ao conhecimento do povo paranaense que não bastam nossos reclamos, se até mesmo no setor onde nosso Estado se faz representar como no caso do Ministério da Educação, que tem à sua frente um homem cujo berço foi o Estado do Paraná, berço de nascimento e berço político e que deixa de seguir os critérios que todos os seus antecessores pregaram e desenvolveram durante seus mandatos respectivos, à testa do Ministério da Educação e Cultura. Todos os que por lá passaram federalizaram a Universidade de seu Estado. O eminente Presidente da República, também não se esquece de que gaúcho e nossa intenção, então, quando somos levados a crer que uma unidade do Governo Federal saiu deste Estado, o paranaense esquece o seu berço, esquece sua terra, esquece sua gente e vincula os entendimentos de mais altos interesses do Estado irmão, tão bem prestigiado já e que terá uma receptividade muito maior junto ao Governo Federal.

Cumprimento V. Exa. pela oportunidade e brilhantismo do pronunciamento trazido esta tarde e quiçá desperte o Sr. Ministro Ney Braga para que dê um pouco de sua atenção ao Paraná, que está abandonado, esquecido, relegado a segundo pla-

no na questão educacional, marcando profundamente sua passagem no Ministério da Educação e Cultura.

O SR. NELSON BUFFARA — Agradeço pelo estímulo que V. Exa. dá, no instante em que faço esse relato. Tenho certeza que as palavras foram sinceras, não somente para encorajar e estimular um Deputado de seu Partido.

Recebemos o aparte de solidariedade do Deputado Gabriel Sampaio por ser S. Exa. um ilustre homem público e que deixou brilhantes serviços na Pasta da Educação e Cultura, quando exerceu o cargo de Secretário.

Se não recebermos mais apartes dos Srs. Deputados da Arena, não será por outra razão, porque sabemos que todos concordam com o nosso pronunciamento. Não apartamos anteriormente, simplesmente porque quem cala consente e não há como divergir.

Nós queremos e precisamos receber o apoio de V. Exas. Nós queremos, nós paranaenses desejamos receber este apoio para que possamos dar cumprimento ao mandato que recebemos do povo, sem o que estaremos descaracterizando a nossa posição nesta Casa de Leis e esvaziando as nossas pretensões. Desta maneira não seremos merecedores do apoio do povo quando voltarmos a pleiteá-lo, assim entendemos, dentro de três anos.

Dizíamos: o seguinte: "A Assembléia Legislativa é a caixa de ressonância da opinião do povo paranaense, que muito espera de nós, os seus representantes.

Desta forma, estamos encaminhando, através da mesa, requerimento aos Senhores Ministros dos Transportes e Educação, gestionando para que sejam resolvidos alguns dos problemas que aqui tratamos".

(O requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o plenário, requer, seja endereçado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, solicitando seja antecipado o programa de construção e pavimentação de rodovias federais no Paraná, dentro da orientação fixada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência às seguintes autoridades: Casa Civil da Presidência da República, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Comunicações, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes, Governador do Estado, Secretário dos Transportes, Secretário da Agricultura e Departamento de Estradas de Rodagem.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975".

Era o que tínhamos a levar aos Senhores Deputados, agradecendo a atenção que nos foi dada. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, quinto orador inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nos poucos minutos que me restam, pretendo trazer ao conhecimento da Casa um fato que está a intranquilizar a população da cidade de Laranjeiras do Sul. Esses fatos que estão se constituindo em temor e intranquilidade da gente de Laranjeiras do Sul, estão sendo conduzidos por várias autoridades como: delegado de Polícia, Juiz de Direito, Prefeito e um ex-Vereador e suplente de Deputado Armando Babinski.

Esses cidadãos desviando-se de suas atribuições e desvirtuando seus cargos estão transformando a cidade de Laranjeiras do Sul num palco de cenas violentas e de sangue. Para ali levaram pistoleiros, a quem deram trânsito livre e por eles são capangueados. Há poucos dias assassinaram dois membros da família Bandeira. Primeiro foi um e o outro foi perseguido, apossado e morto quando pretendia fugir da cidade. Foi assassinado em plena via pública, à luz do dia.

Os protestos do povo de Laranjeiras do Sul, por temor, ficaram guardados em seus corações. Nós, que não pretendemos frustrar a confiança daqueles que nos honraram com seu voto, aqui estamos para protestar de viva voz contra esses desmandos que ali, em Laranjeiras do Sul, estão ocorrendo.

O Sr. Prefeito Municipal, o Sr. Delegado de Polícia, o Sr. Juiz de Direito, Sr. Amândio Babinski, suplente do Deputado Estadual e ex-Prefeito, estão mancomunados para em conclusão, transformarem Laranjeiras do Sul em cidade de terror. Ao invés de resguardarem a ordem jurídica, ao invés de resguardarem a tranquilidade do povo, estão a garantir o crime e a violência, e nós aqui...

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Lineu Turra, tão somente para colaborar com o pronunciamento de V. Exa..

Fui também notificado do fato, por companheiros de Laranjeiras do Sul.

Devo dizer a V. Exa. que, uma das pessoas que está sendo caçada pelos capangas do Sr. Amândio Babinski chama-se Valdir Masome.

Este cidadão teve um incidente com o Juiz de Direito, incidente ocorrido durante um partida de futebol, e logo após, o incidente este homem foi caçado por capangas do Sr. Amândio Babinski e agora se encontra foragido, por falta de segurança.

Através-me-ia, ilustre Deputado Lineu Turra, dado a gravidade dos fatos, sugerir a V. Exa. que ocupa a tribuna neste instante, a proposição de uma Comissão Especial formada de Deputados, para que averigüe esta situação, "in loco".

Muito obrigado.

O SR. LINEU TURRA — Agradeço o aparte do eminente Deputado Trajano Bastos e quero dizer que ontem mesmo recebi comunicação telefônica desse fato, e sei que o cidadão está foragido e que está sendo caçado, perseguido, e que fugiu de Laranjeiras do Sul em vista do desentendimento que tivera com o Juiz de Direito da Comarca. É um cidadão de bem e temeroso de violências certas que receberia — porque ali a regra está sendo a violência, está sendo a regra implantada por aqueles que não poderão ser chamados de autoridades, mas pessoas que não estão em condições morais para exercerem seus cargos públicos — eu sei que é um cidadão de bem.

Mas Sr. Presidente, Srs. Deputados, é oportuna mesmo a sugestão do eminente Deputado...

O SR. ARAGÃO MATOS LEÃO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nós também queríamos cumprimentá-lo pelo oportuno do seu pronunciamento, tendo em vista que temos relacionamento de amizade com várias pessoas na cidade de Laranjeiras do Sul, e que também ontem fomos procurados insistentemente via telefônica, para que nos comunicassem os fatos mais recentes que vêm ocorrendo naquela cidade.

É com bastante pesar que temos que trazer a esta Casa de Leis, nos dias de hoje, fatos como este ocorrido no Estado do Paraná, porque isto não é de agora, nobre Deputado, há já muito tempo, muito antes de termos nós sido eleitos Deputados Estaduais e desde o início do nosso mandato, temos insistido e reiterado à Secretaria competente do Governo do Estado do Paraná, quando não pessoalmente a S. Exa. o Sr. Governador do Estado e levado a eles estes problemas, pedindo a S. Exa. o Sr. Governador do Estado que mandasse alguma pessoa de sua confiança ou da Secretaria competente, para que investigasse "in loco" os mandos que vêm ocorrendo em Laranjeiras do Sul. Isto realmente é uma verdade. O nosso aparte há de servir para endossar as palavras de V. Exa. e dizer que por termos obtido parcela dos votos do povo daquela cidade, também temos um compromisso de trazer a esta Assembléia, a agonia e o desespero que vem sendo sentido pela população de Laranjeiras do Sul, já há bastante

tempo. Não entendemos até hoje porque, se já seis meses levamos o problema à Secretaria de Segurança, à Secretaria da Justiça e pessoalmente a S. Exa. o Sr. Governador e até agora as nossas reivindicações não foram ouvidas quando pleiteávamos tão somente a segurança e pelo menos um mínimo de segurança para o povo de Laranjeiras do Sul.

Meu parabéns pela oportunidade do pronunciamento de V. Exa.

O SR. LINEU TURRA — Eu agradeço o aparte do Sr. Aragão Matos Leão.

O SR. LÚCIO MACHADO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, mesmo sabendo que V. Exa. tem um tempo reduzido, não pude furtar-me ao dever de apartear-lo, para dizer que é estarecedora a notícia que V. Exa. dá sobre o município do Paraná e que vem sendo abalisada a sua denúncia por representante daquela região, e de se perguntar: porventura os capangas dos capangados de Laranjeiras do Sul não seriam os capangas da própria Justiça do Paraná que está vendo vidas sendo ceifadas, que estão sentindo que os bandoleiros dominam a aquela região? Estão sendo solicitados de providências não são tomadas. V. Exa. se destaca hoje como sempre do lado dos pedidos de solicitações de justiça para o povo injustiçado e esquecido pela gente de segurança deste Estado. Parabéns a V. Exa. e conte com o apoio deste humilde Deputado e em caso de subscrição de qualquer tipo de requerimento para que peça a proibição de abusos desta natureza que envolve, acima de tudo, a presença de juiz, de deputado, ou suplente de deputado ou de Prefeitos daquela localidade.

O SE. LINEU TURRA — Antes de agradecer o aparte de V. Exa. quero agradecer a colaboração do Deputado Aragão de Mattos Leão, e dizer que me surpreende que uma pessoa do prestígio e da estrutura moral do Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, não tenha sido ouvido pelas autoridades, quando há muito tem e eu também tenho conhecimento do que vinha ocorrendo, comunicando estes fatos à própria Secretaria de Segurança. Isto é lamentável e eu agradeço também a contribuição que me traz o Deputado Lúcio Machado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que seu tempo está esgotado. Concedo a V. Exa. mais dois minutos para concluir.

O SR. LINEU TURRA — Concedo nestes dois minutos que me restam o aparte e me permito ler a súmula do meu requerimento..

O SR. VALTER PIETRANGELO — Agradeço imensamente ao Deputado, mas só quero me parabenizar com a coragem de trazer esta notícia aos companheiros e V. Exa. dá nome aos bois.

Ouvi V. Exa. afirmar que nestes desmandos fazem parte tanto o juiz de Direito de Laranjeiras do Sul como também o próprio Delegado de Polícia. Isto é crime organizado na cidade. sob o beneplácito, o apoio da Justiça. Não é possível que S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet como também o Sr. Secretário de Segurança não dêem ouvidos a uma situação destas de características terríveis que até parece que não existe mais no Estado.

Quero dizer a V. Exa. que é um problema gravíssimo e não suporta mais delongas.

O SR. LINEU TURRA — Ao trazer estes fatos ao conhecimento dos meus ilustres Pares, quero dizer que conheço bem os riscos a que me esporei, entretanto, não pude silenciar diante do crime e da violência porque já dizia Rui Barbosa que entre crime e violência não pode haver neutralidade. Eu seria tão criminoso quanto aqueles que praticam o crime passivamente. Por isto, nós precisamos levar nossa solidariedade ao povo de Laranjeiras do Sul, àqueles homens honestos e trabalhadores que querem lutar

em paz pelas suas famílias, e pelo progresso de sua terra, pelo progresso do Paraná, e pelo progresso do Brasil.

E eu trago, Sr. Presidente, V. Exa. me permita, um requerimento que vou ler a súmula e quero pedir desta forma a solidariedade dos ilustres Deputados. (Lê a súmula).

Muito obrigado, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença no plenário do Sr. Benedito Moreira, e do Sr. Alcides de Lima Maorski, Prefeito Municipal de Agudos do Sul.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/74, de autoria do Deputado Luiz Roberto Soares, que autoriza o Poder Executivo conceder ao Coronel Francisco de Paula Soares Netto, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/71, de autoria do Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo, através de coordenação da Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, trecho Curitiba-Usina Capivari Cachoeira. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 46/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado, através da coordenação da Secretaria de Obras Públicas, a proceder a instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, no trecho de Curitiba a Usina Capivari Cachoeira.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) QUIELSE CRISÓSTOMO

JUSTIFICATIVA:

Os imensos casos de acidente de automóvel que ocorrem na BR-116, e cujas vítimas ficam à beira da estrada sem possibilidade de atendimento, em virtude da dificuldade de comunicação com centros de socorro médico, principalmente com Curitiba, justificam plenamente a aprovação do presente plano de lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/71

1. — O presente Projeto de Lei, de autoria do nobre Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria de Obras Públicas, a proceder a instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, no trecho Curitiba - Usina Capivari Cachoeira.

2. — Trata-se de mera autorização legislativa pelo que nada temos a opor, uma vez que não existe óbice legal ou constitucional à sua aprovação.

Pela aprovação, é pois, nosso parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1971.

aa) WILSON BRANDÃO — Presidente

ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/71

Assunto: — Autoriza o Poder Executivo, através de coordenação da Secretaria de Obras Públicas, proceder instalação de linha telefônica ao longo da BR-116, trecho Curitiba - Usina Capivari Cachoeira.

Tratando-se de projeto meramente autorizatório, não há nenhum óbice na sua aprovação. O Poder Executivo, no tempo oportuno, se assim o quiser, dará os elementos financeiros para a instalação e funcionamento da linha telefônica.

Somos pois, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 09 de maio de 1972.

a) ANTONIO LOPES JUNIOR — Relator e Presidente

COMISSÃO DE OBRAS ESPECIAIS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 46/71

A matéria, objeto do presente projeto, visa facilitar imediata comunicação aos Prontos Socorros de Curitiba, dos acidentes que se registram, com frequência, na mesma, ou seja, na BR-116 trecho Curitiba - Usina Capivari Cachoeira, a fim de que as pessoas necessitadas de cuidados médicos, sejam atendidas no mais curto espaço de tempo, evitando sua morte ou efeitos de maiores consequências, pela demora de tal providência.

A proposição se nos afigura de grande alcance e de vital interesse para os usuários da BR-116, tanto que, as Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças deram o seu apoio. unânime, aprovando-o

Em face do exposto, propomos, também, a APROVAÇÃO da matéria em exame.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1975.

aa) ALFREDO GULIN — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 33º aniversário da Fundação da Legião Brasileira de Assistência. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Werner Wnderer, Fuad Nacli, Jorge Sato, e Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando seja designada uma Comissão de Srs. Deputados para representarem esta Casa no 1º Encontro Nacional de Integração de Veradores, a realizar-se em Manaus. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wnderer, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Dr. Renê Ariel Dotti, pela sua nomeação como Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, a fim de que providências necessárias sejam tomadas para apurar responsabilidades que envolvem o Juiz de Direito da Comarca de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, pedindo providências para o afastamento do Delegado de Polícia de Laranjeiras do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Padre Domingos Wisniewski, que hoé é ordenado Bispo Auxiliar de Curitiba. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que sejam construídos

grupos escolares em Agro-Cafeeira e Marquesita. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Telepar, no sentido de que seja autorizada a instalação de Posto telefônico para o município de Porto Rico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Presidente da FUNDEPAR e ao Sr. Secretário de Administração, no sentido de que seja construído um muro ao redor do prédio onde se acha instalada a Escola de Aplicação "Cianorte", em Cianorte. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura e ao Presidente da FUNDEPAR reivindicando a reconstrução do Grupo Escolar "Caputo Alves", de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja submetida à apreciação proposição no sentido de que seja concedida licença de 30 (trinta) dias, para missão cultural, a partir de 09 de setembro vindouro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mauricio Fruet, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da TELEPAR, encarecendo providências para a instalação de aparelho telefônico, no Posto do Corpo de Bombeiros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, reivindicando a construção de cadeias distritais em Iguatemi e Florianópolis, município de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Presidente da República, encaminhado o Depoimento intitulado "O Lado Negro do Atendimento ao Menor Carenciado", pedindo ainda as patrióticas providências cabíveis. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Conselho de Desenvolvimento Econômico, encarecendo que enviem a esta Casa as razões técnicas da escolha do Estado do Rio Grande do Sul para sediar o 3.º Polo Petroquímico do País. —

A Mesa não pode, infelizmente, receber o requerimento, porque o mesmo pede informações a um órgão que está fora da alçada da Assembléia.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, meu requerimento diz claramente que "solicita". Não é uma imposição ao referido Conselho. Solicita que envie a esta Casa as razões técnicas que levaram aquele órgão a escolher o Estado do Rio Grande do Sul, para sediar o Polo Petroquímico. Tendo em vista que V. Exa. se recusa a receber o requerimento, que no meu modo de entender não fere aquelas autoridades federais, solicito, respaldado no artigo 125 do Regimento Interno, recurso ao Plenário, para que V. Exa. aceite essa proposição.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado que não tem a Assembléia autoridade para mandar ofício nestes termos, porque está pedindo informações a um órgão federal.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. transfira a decisão ao Plenário. V. Exa. poderia ler o requerimento para conhecimento do Plenário?

O SR. PRESIDENTE — (Lê o requerimento).

Inclusive é um ofício meio interpelativo e a Assembléia não tem condições. Pode o nobre Deputado pessoalmente, pedir

essa informação. Mas a Assembléia não pode se arriscar a receber uma resposta que nos deixe em má situação. Por esta razão, a Mesa, nem com base no artigo que V. Exa. citou, transfere a decisão para o plenário.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Gratíssima vênica, esta é a interpretação de V. Exa. e eu, respaldado no Regimento Interno, em que proposições recusadas pela Mesa poderão ser decididas pelo plenário, solicitaria novamente a V. Exa. que deferisse meu requerimento, estribado no artigo 125 do Regimento desta Casa. A interpretação de V. Exa. eu respeito, porém não concordo com a mesma. O plenário é soberano e democraticamente pode decidir se os termos são realmente adequados ou não. Insisto em meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, em vista da insistência de V. Exa., mandará o requerimento para o órgão técnico da Casa, para um estudo mais acurado. Então, o despacho no seu requerimento é o seguinte: "para a Comissão de Constituição e Justiça".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que seja antecipado o Programa de construção e pavimentação de rodovias federais no Paraná, dentro da orientação fixada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura, no sentido de que dê início ao processo de federalização das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa. —

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao erudito e operso advogado Renê Ariel Dotti, pela sua nomeação ao cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela nomeação por ato do Sr. Presidente da República, do Sr. Dr. Renê Ariel Dotti, para o cargo de Juiz Substituto do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, que as congratulações sejam também atribuídas pela participação do homenageado, no recente congresso do Conselho Penitenciário, realizado na Capital Federal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando informações ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, referente residencial anexa à instalação da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do município de Ribeirão do Pinhal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de apresentar soluções para a falta de água nos bairros de Cambé e Londrina. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — O setor do cerimonial da Casa avisa aos Srs. Deputados, que a solenidade de assiantura do contraro entre a Copel e BNH, que seria realizada no dia 29, às 16:30, foi transferida para segunda-feira em horário a ser designado.

Concedo a palavra, para falar em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo): "A democracia concilia a convivência de opiniões divergentes, aceita programas políticos diversos, acolhe pensamentos discordantes, sem que tal pluralismo impeça ou dificulte a realização do bem comum".

Viveu o Paraná e nosso partido a ARENA, um desses momentos de exercício da Democracia. Companheiros nossos,

usando da liberdade que só a Democracia concede, manifestaram sua posição perante o Governo Estadual e o Partido. Respeitando suas posições, dentro do mesmo critério democrático, manifestamos nossa visão da realidade, consubstanciada nos seguintes tópicos:

1 — Representamos parcela da vontade dos paranaenses que, pelo livre exercício do voto, nos delegaram o mais legítimo poder, de que são, em última instância, detentores. Assumimos nossas atitudes, livres de qualquer pressão, espontâneas e conscientes ao subscrever uma moção de apoio ao Sr. Governador do Estado e da sua orientação quanto à indicação do dirigente partidário estadual.

2 — Reconhecemos na pessoa do Sr. Jayme Canet Junior, o líder natural no encaminhamento político, na condução de seu destino, de conformidade com a filosofia de que “a liderança se legitima pela positividade do seu exercício”.

A sua experiência anterior na atividade pública e particular credenciavam-nos para o cargo que ora ocupa. No decurso dos meses que, à frente do Executivo comanda os negócios públicos, confirma sua disposição de abertura a classe política, à prática do diálogo constante e do entendimento em alto nível. Estas qualidades, nós reconhecemos, motivo porque consideramos sua liderança comprovada, autêntica e afirmativa, despida de egoísmo vaidade ou personalismo.

3º — Entendemos Democracia como a unidade da maioria que não necessita de unanimidade. Unidade nas questões fundamentais porque nas acidentais a divergência é perfeitamente concebível. A unidade total, quer na ação, quer no pensamento é a unanimidade que só os regimes totalitários estimulam. A manifestação de discordância de companheiros nossos na esfera federal e estadual, partindo, em verdade, de famílias políticas tradicionais, culminam em acusações à pessoa do Senhor Governador. O endereço cremos que foi errado quer no tocante à pessoa do Senhor Jayme Canet Júnior, quer quanto a uma pretensa facção. O Governo do Paraná não pertence a nenhum clã, nem se reveste de caciquismos imperantes em tempos passados. Das cinzas de Fênix ressurrecta de que fala o manifesto, os discordantes não passam de fruto. Porisso o rejeitamos, por considerá-lo improcedente e injusto.

4º — O Partido deu e continua dando guarida aos subscritores do manifesto. Repelindo os termos que partiram num momento de emoção política e talvez de precipitação, reafirmamos que a constituição do Diretório do Partido no Paraná, composto por dois terços de parlamentares, constitui-se efetivamente numa demonstração da afirmação de classe política, tanto por parte do Governo quanto por parte dos convencionais.

Não concebemos a repulsa contra um processo que já fora usado quando os dois companheiros, Senadores pelo Paraná, foram alçados aos postos de dirigentes da ARENA. Sem o respaldo do Poder Executivo jamais teriam chegado a eles. Lastimamos consequentemente a rebelião contra o Presidente da nossa agremiação, e a busca de vasculhar suas ligações e atividades empresariais, estas legais e legítimas.

5º — Explicitamos inteira solidariedade ao Senhor Governador Jayme Canet Junior. Entendemos justo seu critério de auscultar as bases partidárias na indicação do dirigente arenista, pois não admitimos que os correligionários que conosco subscreveram a moção tenham sido iludidos, nem permitimos que sejam os convencionais considerados como homens carentes de personalidade e autonomia ao subscreverem o documento que traduziu o seu efetivo pensamento. Tem igualmente nossa solidariedade o Presidente que mereceu o nosso voto e os seus companheiros de Diretório Estadual.

6º — Finalmente cremos que entre homens responsáveis, é possível encontrar um caminho para que o partido saia do episódio, fortalecido para o desenvolvimento do Paraná e paz para

todos os paranaenses.

Curitiba, 28 de agosto de 1975”).

Era o Memorial subscrito pela bancada da ARENA, com a ausência dos eminentes Deputados endossantes do Manifesto, aos quais desejo manifestar o meu respeito e a minha consideração pela posição adotada, democraticamente, e acima de quaisquer pressões de quem quer que seja.

Muito obrigado.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eu queria solicitar de V. Exa. um aparte.

Tendo sido eu quem nesta Casa deu a conhecer o teor do Manifesto, subscrito por dois Senadores da República e dois Deputados Estaduais, com assento nesta Assembléia, tenho para mim que cabe-me, ao final de sua exposição, dizer apenas que me foi muito grato assistir a cortesia de termos, da fidalguia de colocação e sobretudo a maneira como V. Exa., em nome da bancada, nesta Casa, responde àquele documento. Não desejo fazer esse a desagravo, nenhuma restrição, porque também entendo que V. Exa. e os demais ilustres Deputados que o subscreveram estão no exercício do legítimo direito de discordarem da nossa discordância. Apenas me permito sem com isto pretender debate, fazer um pequeno reparo na exposição de V. Exa. destacando, uma vez mais, que não vejo nele que não cortesia e fidalguia, para dizer que do que V. Exa. leu, nada pode contrapor os termos do Manifesto. Nada que V. Exa. diz destrói a integridade do Manifesto. Haveria apenas um ponto e é o único que quero me referir, pelo qual V. Exa. rejeita, em termos globais, uma afirmação que se contam naquela Manifestação. É quando diz, que não há facção do Governo e que não há grupos que dominem o Governo. Ora, o Governador do Estado deu ontem mostra cabal de que o Paraná está preso ao domínio de uma facção no momento em que convida o ex-Governador Emílio Gomes para ser Presidente do Banco do Estado no lugar do Sr. Afonso Alves de Camargo.

O Sr. Emílio Gomes, como é cristalino pertence à facção do Sr. Ney Braga, que comanda o grupo ressurecto de 65. Eu quero dizer a V. Exa. que a situação do Estado do Paraná já é conhecida nacionalmente no que diz respeito a ser um Estado dominado por um grupo e que portanto a exposição de V. Exa., em contrário, nada mais é do que inútil tentativa de tapar o sol com a peneira. “O Estado de São Paulo”, edição ainda de hoje, em seu editorial de terceira página, em dois tópicos, faz as seguintes observações: “No Paraná, tratando das convenções, o coração do Governo balançou entre o beneficiário da sua escolha pessoal, o banqueiro Afonso de Camargo Neto e as injunções de Brasília onde o Ministro Ney Braga sabe muito bem manejar os cordéis”.

Em outro título, demoninado:

“A crise Arenista no Paraná, assevera que a eleição de Afonso Camargo Neto para a Presidência da ARENA paranaense, com o aval do Governador Canet Junior, ratifica mais uma vez óbvio da política do Estado ou seja, o predomínio da influência do Ministro Ney Braga e do seu grupo”.

É esse, o reparo que eu desejava fazer, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

O SR. IVO THOMAZONI — Agradeço a cortesia e a lhaneza com que V. Exa., ilustre Deputado Accioly Neto, colocou em termos no aparte que me ofereceu. Longe de ser ofensivo e de pretender ser esclarecedor. Todavia, devo, eminente Deputado, reportar-me para discordar dos termos do manifesto, quando afirma como afirmou que no Paraná, o grupo político de hoje é ambicioso, personalista e prepotente. Quando diz que a política do Paraná é exclusivista, mesquinha e a serviço de facção.

Poderia, eminente Deputado Accioly Neto, reportar-me também, a comentários feitos hoje por órgãos da imprensa nacional, e que eu entendi, foram altamente ofensivos à dignidade, ao espírito público dos eminentes Senadores paranaenses.

A "Tribuna de Imprensa", publica hoje comentários que nós repudiamos porque não fazem justiça ao comportamento desses dois eminentes paranaenses, Senadores da ARENA.

A discordância veio do episódio de organização do Diretório Regional da ARENA. E o manifesto da bancada que reconhece no Governador do Estado, a atuação do episódio altamente democrática e aberta ao diálogo e mais porque, participou através principalmente, da sua liderança na composição da nominata que foi posta a julgamento numa convenção memorável do partido. E observamos que S. Exa., longe de ser prepotente ou exclusivista, foi talvez o único Governador neste País que se permitiu ao direito de fazer apenas duas indicações de nomes para a composição do Diretório Regional.

Quando assistimos o Governador do Rio Grande do Sul, Sinval Gazzelli, indicando dez nomes em quarenta e cinco; quando víamos o Governador de Santa Catarina indicando um terço dos membros do diretório daquele Estado; quando assistíamos, víamos e líamos as notícias de que o Governador de São Paulo participava com a indicação de doze nomes num diretório de quarenta e cinco membros. O Governador do Paraná, permitia-se até à humildade e ao desprendimento de pretender participar do Diretório com dois nomes que fossem de sua escolha pessoal.

É por esta razão do nosso manifesto nós não aceitamos as afirmações de que o Comandante hoje, do Executivo, seja exclusivista, nem tenha sido mesquinho no encaminhamento do processo político.

Poderia eminente Deputado, alinhar para o conhecimento de V. Exa. e da Casa, dezenas de nomes de ilustres brasileiros que servem o Primeiro Escalão da administração pública do Estado, e que ao longo da via pública de todos eles, jamais se alinharam à facção do atual Ministro da Educação Ney Braga, e que estão servindo o Estado de maneira a merecerem de todos o reconhecimento pelos relevantes serviços que prestam à causa pública.

A indicação do Sr. ex-Governador Emílio Gomes para substituir o Presidente de nosso Partido na Presidência do Banco do Estado do Paraná, quero crer, tenha sido movida pelos altos dotes que ele, ex-Governador, possui, de emérito administrador.

Quero crer que aquele estabelecimento de crédito oficial haverá de, contando com o concurso de Emílio Gomes, progredir e desenvolver-se, porque acompanha o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Não quero, absolutamente, fazer coro com V. Exa. de que a escolha do nome tenha se prendido às suas possíveis ligações políticas com o Ministro Ney Braga, de quem, mesmo veladamente, pude sentir a alusão feita por V. Exa. no aparte que me concedeu.

O SR. ARAGÃO MATOS LEÃO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, tendo sido nós também um dos subscritores daquele manifesto, sentimo-nos no dever de reconhecer a maneira fidalga e respeitosa como V. Exa. e outros Pares desta Casa, compuseram o manifesto que V. Exa. acaba de apresentar.

Sem de maneira nenhuma querer conduzir a questão para um sentido de debate, e muito menos de polêmica, queremos dizer que também cremos, como sempre acreditamos anteriormente, que sendo os homens da política paranaense de largo espírito de comunidade e inteligência, poderemos chegar a um desfecho deste episódio sempre nos mais elevados termos de respeito e consideração mútua.

Gostaríamos de observar dois pequenos detalhes, nobre Deputado, quando V. Exa. muito sabiamente afirma que as questões partidárias que não podem ser unânimes, nas questões acidentais pode haver discordância. Mas, que nas questões fundamentais, é importante que se oriente sempre em nome do Partido,

para proveito geral do Partido.

E gostaríamos de salientar que foi com esse espírito que participamos das demarches políticas que ocorreram no episódio imediatamente anterior à eleição da Comissão Executiva da Arena. E consideramos esse episódio, nobre Deputado, como fundamental, não como acidental. E como reconhecemos a responsabilidade e o direito do Sr. Governador de indicar, talvez o seu Presidente, achamos — e por isso está no manifesto — que o Sr. Governador tinha a responsabilidade — se fosse para o bem do Partido — de equacionar a questão como fundamental, e não como acidental. Porque este é realmente o episódio mais importante do Partido. Outro aspecto, nobre Deputado, é que entendemos que talvez V. Exa. não tenha compreendido bem o manifesto, porque nos itens do seu manifesto diz que não concorda que o manifesto emitido pelos Senadores considerados convencionais carentes de personalidade. Não foi esse o sentido e não é isto que está no Manifesto. Apenas o Manifesto criticou a maneira que os homens que detêm o poder, usaram para conseguir as assinaturas. Dentro da mais leal consideração aos homens do interior e aos Srs. Convencionais.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência interrompe o ilustre orador e o aparteante, para comunicar que tomou a liberdade de lhe conceder mais 15 minutos em prorrogação e que restam tão somente 6 minutos, dessa meia hora.

O SR. ARAGÃO MATOS LEÃO — Se o nobre Deputado permitir, encerro meu aparte com mais uma frase. Quando V. Exa. diz que S. Exa. o Sr. Governador confirma a abertura à classe política, nós realmente nos sentimos muito satisfeitos. Só estranhemos que se fale em abertura da classe política, depois do fato consumado.

Era isso que queria dizer a V. Exa., nobre Deputado.

O SR. IVO THOMAZONI — Nobre Deputado Aragão Matos Leão, volto a manifestar meu respeito pela conduta sempre muito educada de V. Exa. quando intervém nos debates desta Casa. O que pretendeu o manifesto que eu li, foi significar, contraditando as manifestações dos eminentes Senadores, que não concordo com as afirmações que o nome do atual Presidente do Partido "imposto o nome pelo Governador, não se viu esse com autoridade para sozinho fazê-lo valer e, por isso, tenha recorrido à dolorosa farsa de procurar então o apoio constrangido de todos os nossos correligionários, que passaram a ser procurados para o ato ostensivo de solidariedade à decisão governamental".

A bancada viveu o episódio. Os Srs. Deputados foram acionados, não pressionados para que apoiassem o nome do eminente Presidente hoje da ARENA, porque entendiam os Srs. Convencionais, e dos 418 Convencionais, 400 subscreveram a Moção de apoio ao nome do Sr. Afonso Camargo Neto, e o fizeram. E é isso que significamos na nossa Moção, traduzindo com total liberdade de pensamento aquilo que cada um desejava expressar.

Esta a razão pela qual nós não aceitamos os termos que colocaram o Sr. Governador do Estado, como se estivesse a coagir os homens livres de nosso Partido. Para que, com liberdade total, pudessem, como fizeram, manifestar o seu apoio e a sua preferência a um dos homens mais ilustres da Aliança Renovadora Nacional.

Mas, ao deixar a tribuna, desejo repisar que o episódio é próprio do regime democrático e desejo, ao sair daqui, expressar a confiança de que os homens amadurecidos, preocupados com o bem estar da coletividade do Paraná, como é o caso dos eminentes Senadores, dos atuais dirigentes do Partido e de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, haverão de encontrar um denominador comum para que se possa fazer o fortalecimento do Paraná e que um entendimento de alto nível virá para felicidade da coletividade paranaense. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra, para falar em explicação pessoal, o Sr. Deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O inteligente, culto e íntegro jornalista Carlos Chagas escreveu um artigo publicado hoje pelo jornal "Gazeta do Povo" e publicado, também, simultaneamente no jornal "O Estado de São Paulo" e outros importantes órgãos da imprensa brasileira sob o título "AI-5 Popularizado".

Pela sua oportunidade, pela sutileza e pela forma solerte em que o problema foi colocado, me permito ler neste instante, os termos desta manifestação: (Lê):

"Enfim, temos o AI-5 popularizado. Recente enquête efetuada nos principais centros urbanos revelou que até os estudantes aplaudiram a aplicação daquele instrumento sobre o Senador Wilson Campos. Como estarão aplaudindo, agora, a punição de dois diplomatas acusados de contrabando. Ainda que o Presidente Geisel tenha declarado ao Senador Eurico Rezende sua intenção de ver o ato em desuso, funcionando apenas como arma de última instância, a prática revela o inverso". Escreveu, não leu, o ato comeu. E com o apoio popular.

Seriam as coisas tão simples assim?

O ato é antes de tudo, um instrumento não jurídico. Expressa, com todas as características, a força e o arbítrio. O que vemos agora, com a punição dos corruptos, é a aplicação do arbítrio e da força, mesmo com sentido de justiça. Mas é bom não confundir alhos com bugalhos. Porque, se a opinião pública concorda com as punições nem por isso o instrumento deixa de ser menos aberrante.

Há que examinar, no contexto, algo bem mais profundo. Disporia o País de instrumentos jurídicos capazes de chegar ao mesmo resultado, ou seja, a punição de quem precisa ser punido. Caracterizada a negativa, encerraríamos por aqui estas considerações. Se não existem remédios normais, só mesmo apelando para a normalidade. Acontece, porém, que a justiça está aí mesmo. E munida de todas as armas para continuar cumprindo o seu dever. Oferecendo, principalmente, o direito de defesa aos acusados. Porquê, se a opinião pública os julga culpados — e efetivamente no caso do Senador e dos diplomatas eles o serão — nada menos humano do que ouvir apenas os clamores populares e entregar-se alguém ao cadafalso sem a competente contrapartida da sua palavra. Fora disso será estabelecermos a Idade Média em pleno Século XX. Mas é precisamente isto que vem ocorrendo.

Se a justiça e a própria administração pública está em sua ordem interna, dispõem de mecanismos eficazes, por que não aplicá-los? e se tais mecanismos carecem de atualização, por que não solicitar do congresso melhores meios? Afinal, o Legislativo existe para fazer leis, tanto quanto o judiciário para interpretá-las e julgar os fatos à sua luz.

Nada justifica o Ato Institucional nº 5, seja na sua aplicação política, seja em sua nova faceta, de instrumento saneador, da corrupção. Cômico e eficiente como propaganda se toma ao Governo adotar os mecanismos de exceção, mas justo efetivamente estará ocorrendo no Palácio do Planalto e a estratégia da popularização do Ato por meio de punições e corrupção para que depois, numa segunda etapa, venha o povo a aceitar naturalmente o retorno das punições políticas?

Creemos que não, mas quem ousará afirmar? Ao Presidente da República tudo é dado, e essa realidade nos traz à memória um diálogo áspero havido entre o então Vice-Presidente Pedro Aleixo e o Ministro da Justiça do Presidente Costa e Silva, o jurista e professor Gama e Silva. Era uma reunião do Conselho de Segurança Nacional, em 13 de dezembro de 1968. Os líderes militares e os principais auxiliares do Presidente insistiam na edição do Ato Institucional nº 5. Contra a opinião maciça, levantavam-se apenas o velho Marechal e seu Vice-Presidente. Este, em dado momento, instado por outro, discorreu sobre os males desumano da legislação excepcional, acentuando que, com ela, cairiam por terra os princípios mais elementares do Direito, substituindo pelo arbítrio.

Gama e Silva, aureolado pelos sorrisos de quase todos os

presentes, respondeu de forma emocional:

— Mas V. Exa. está dizendo que o Ato, nas mãos honradas do Presidente Costa e Silva, será um instrumento de arbítrio?

E veio a resposta, cristalina, contundente e inócua, porque o Ato acabou mesmo editado:

— Não me preocupa a atuação do Presidente, que sabemos a mais honrada de todas, e sim o que fará o guarda da esquina. Porque a exceção aceita pelas altas cúpulas assemelha-se a um sistema de cascata. Cada esbirro policial, cada autoridade menor, cada guarda da esquina vai sentir-se autorizado a usar e abusar do arbítrio, calcado no princípio de que ele foi estabelecido de cima para baixo.

O Presidente Geisel, com cautela, usa o Ato para punir corruptores e só ele pode usá-lo. Mas os efeitos de sua utilização não correm o perigo de estimular cada vez mais o arbítrio, trazendo o descrédito para as instituições permanentes, como a Justiça e o Legislativo".

Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a oportunidade, quando li o comentário brilhante do jornalista Carlos Chagas, publicado pelos mais importantes órgãos de imprensa do País e em Curitiba pelo jornal "GAZETA DO POVO".

Desejava que houvesse a sua transcrição nos trabalhos desta Casa, desta sessão, como transcrito está.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, às 10,00 horas, sexta-feira, dia 29, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 472/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob os nºs 8025/75 e 8362/75, de 13 e 25 de agosto de 1975, respectivamente, deste Poder,

RESOLVE:

conceder, a HILDA GUIOMAR ARGUELLO, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL "23", do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença, para tratamento de saúde, em prorrogação, a partir de 1º de agosto de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27 de agosto de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 606/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2925/74, de 17 de abril de 1974, deste Poder,

RESOLVE:

interromper a licença para o trato de interesses particulares, concedida pelo Decreto Legislativo nº 776/73, de 16 de dezembro de 1973, a LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de nível PL-20, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1º de maio de 1974.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 22 de agosto de 1975.

aa) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário